



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/02/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CNJ.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARAS CRIMINAIS.....	3 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	7
3.2. COMARCAS.....	8
3.3. DESEMBARGADORES.....	9
3.4. SEGURANÇA.....	10
3.5. VARAS CRIMINAIS.....	11
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. AÇÕES TJMA.....	12 - 13
4.2. VARAS CRIMINAIS.....	14
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	15
5.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	16
5.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	17
5.4. VARAS CRIMINAIS.....	18

EDITORIAL

Dívida de precatórios...

Sem dúvida, o Poder Judiciário maranhense é considerado um dos melhores do país nestes últimos tempos. O Conselho Nacional de Justiça- CNJ vem de emitir excelente conceito sobre a produtividade e qualidade dos serviços judiciais do Maranhão. **PÁGINA 3**

Dívida de Precatórios...

Sem dúvida, o Poder Judiciário maranhense é considerado um dos melhores do país nestes últimos tempos. O Conselho Nacional de Justiça- CNJ vem de emitir excelente conceito sobre a produtividade e qualidade dos serviços judiciários do Maranhão.

Acontece que, o mesmo ritmo, de prestação de serviços e construções de fóruns no interior para melhor funcionamento das comarcas, não se vê, no pagamento dos precatórios que o Estado está sujeito por força de decisões judiciais.

As partes interessadas andam com as mãos na cabe-

ça, sem saber pra quem recorrer, embora seja do conhecimento público as disposições constitucionais bastante claras, a respeito de descumprimento das decisões sobre pagamento dos precatórios.

Como se sabe, a desobediência do poder estadual pode causar até intervenção no Estado e o seqüestro dos seus bens patrimoniais para fazer cumprir a lei maior.

Chegam ao nosso conhecimento que os precatórios dos anos 2011/2012 jamais foram pagos pela Secretaria de Fazenda Estadual. Seria por demais oportuno que a assessoria competente do nosso Judiciário se pronunciasse a respeito de tão preocupante assunto.

OPINIÃO

CGJ DISCUTE FORMAS DE MELHORAR ATENDIMENTO AOS DOENTES MENTAIS

Ações para agilizar o julgamento de processos e melhorar o atendimento aos doentes mentais em conflito com a lei foram discutidas em reunião na manhã de segunda-feira (18), na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. **PAG. 02**

JUDICIÁRIO

CGJ discute formas de melhorar atendimento aos doentes mentais

Ações para agilizar o julgamento de processos e melhorar o atendimento aos doentes mentais em conflito com a lei foram discutidas em reunião na manhã de segunda-feira (18), na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. O corregedor-geral Cleones Cunha discutiu o assunto com o juiz Douglas de Melo Martins, juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, e representantes da Secretaria de Estado da Saúde, subsecretário José Márcio Leite, Antônio Carneiro e Raimundo Teodoro, do Departamento de Saúde Mental da SES.

O objetivo principal da reunião foi discutir pontos específicos para organizar e dar andamento nas iniciativas acordadas em compromisso entre o Conselho Nacional de Justiça, Poder Judiciário do Maranhão e Executivo, representado pela SES e, também, pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária. Abertura de vagas e núcleo pericial especializado foram alguns dos compromissos.

"Façam a comunicação oficial através de ofício do que está sendo necessário para dar andamento nas ações, que a Corregedoria, com auxílio do Dr. Douglas Melo, tentará resolver o mais rápido possível", adiantou o corregedor Cleones Cunha, no início da reunião.

Entre as dificuldades destacadas pelo subsecretário de Saúde José Márcio Leite está a estruturação do núcleo de perícia para os portadores de doenças mentais em conflito com a lei. "O secretário Ricardo Murad

nos colocou mais à frente disto e estamos dando andamento a este núcleo. Precisamos estruturá-lo fisicamente, definir o local, para ele começar a funcionar", revelou.

O subsecretário também sugeriu ao corregedor-geral da Justiça a realização de um fórum com a participação de juizes, promotores e demais integrantes da rede de instituições para "uniformizar a linguagem" para os procedimentos e ações quando envolver os doentes mentais em conflito com a lei.

"Tem ocorrido algumas falhas na comunicação entre os magistrados e os médicos, as clínicas, assim, acabam acontecendo liberações indevidas por parte das clínicas, manutenção de internação via Justiça sem necessidade. A ideia uniformizar para que o flu-

xo dessas informações seja mais fácil e possamos avançar em relação aos doentes mentais em conflito com a lei", explica o juiz Douglas de Melo Martins.

O magistrado ressalta, ainda, que a Justiça aguarda a disponibilidade de vagas e mais unidades de tratamento e internação para essas pessoas. "Em São Luís temos 21 vagas disponíveis no Nina Rodrigues, mas já esgotou. Pela falta de vagas e outros fatores temos doentes mentais em presídios, o que não pode ocorrer", frisou.

O corregedor afirmou, no fim da reunião, que assim que as demandas da SES chegarem oficialmente à CGJ-MA, o encaminhamento será dado a todas as ações com a atenção e rapidez necessárias.



Encontro teve como pauta o compromisso firmado entre a CGJ e a SES.

SÃO LUÍS

Polícia Civil remeteu mais de 8 mil procedimentos em 2012

A Polícia Civil do Maranhão fechou 2012 com saldo positivo na conclusão de inquéritos que investigam práticas criminosas. Segundo dados de relatório do Setor de Estatística da Polícia Civil, foram realizados 11.722 procedimentos policiais ano passado nas delegacias distritais, especializadas, plantões e Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). Deste total, a Polícia Judiciária encaminhou 8.154 procedimentos ao Poder Judiciário de inquéritos concluídos e Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCOs). Só inquéritos, segundo levantamentos, foram 4.874. Os números ainda apontam que foram remetidos 3.285 TCOs.

A produtividade das delegacias revela que os distritos policiais lavraram 1.224 autos de prisões em flagrante, seguindo pelas especializadas com 897, além dos quatro plantões (Refesa, Cidade Operária, Cohatrac e Vila Embratel) que contabilizaram 675 autos de prisões e da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) com 201 prisões em flagrantes, que totalizaram 2.997 autos.

Em comparação ao ano de 2011 é possível verificar um aumento considerável na atuação e no volume de ações da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), com as delegacias distritais, especializadas e Plantões e da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), que desenvolve um trabalho voltado para investigar e elucidar crimes de grande complexidade, como roubo a bancos, crimes tecnológicos,

entre outras demandas que exijam um debruçamento maior na investigação. Naquele ano foram registrados 5.976 ocorrências.

A delegada Geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende analisa os números como sendo expressivos e ressalta que finalizar mais de 8 mil investigações representa um comprometimento e responsabilidade dos delegados, investigadores, escrivães e todo corpo da Polícia Civil com os inquéritos. "Temos os números bastante significativos que mostram que os delegados estão empenhados e dando total atenção *no combate ao crime na Região Metropolitana*. Instauramos 5.348 inquéritos", disse.

Além da delegacia de Homicídios, a Delegacia Especial da Mulher (DEM) remitiu um número alto de inquéritos, foram 311. Na lista dos que mais tiveram inquéritos enviados à Justiça, aparecem os distritos do Maiobão com 214, São José de Ribamar (212); o 2º DP (207); 1º DP (176); 10º DP (167). Outros distritos como 05º DP, Delegacia do Meio Ambiente, Decop, 07º DP e 18º DP somam juntas 748.

O relatório estatístico de produção de cada delegacia é contabilizado mensalmente. A partir desses números, a Delegacia Geral em conjunto as com Superintendências de Polícia Civil da Capital, do Interior (SPCI) e a Seic traçam estratégias de ações e destinam tanto recursos materiais como humanos para cada unidade policial.

INQUÉRITOS POLICIAIS

Tramitação é discutida entre corregedor e juízes

Minuta de provimento que regulamentará a tramitação de inquéritos policiais foi analisada em conjunto pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Carvalho Cunha, e juízes das Varas Criminais, do Tribunal do Júri e Entorpecentes de São Luís. O ato do corregedor deverá ser expedido em breve. A reunião ocorreu na manhã de segunda-feira (18), no Fórum Des. Sarney Costa.

De acordo com o projeto de provimento, os inquéritos policiais tramitarão diretamente entre Polícia Judiciária e Ministério Público, sem que seja necessária uma decisão judicial para isso. O documento leva em consideração o plano de gestão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que sugere o trâmite direto de inquéritos entre polícia e MP; a competência do MP para promover privativamente a ação penal, bem como exercer o controle externo da atividade policial; e a natureza do inquérito policial como procedimento administrativo para colher provas

para subsidiar a ação penal.

O corregedor-geral Cleones Cunha deixa claro, entretanto, que "os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório ficam plenamente garantidos, pois qualquer medida constritiva de natureza acautelatória, por força de determinação legal, somente pode ser adotada se deferida pelo Poder Judiciário".

Agilidade - A adoção do trâmite direto de inquéritos policiais entre o Ministério Público e a polícia tem como objetivo principal desburocratizar o seu andamento e agilizar a sua conclusão. "Assim, acabamos com a necessidade do juiz ter que determinar ou autorizar qualquer diligência. Ficamos com a responsabilidade de decidir sobre prisões, quebras de sigilos e outras medidas que envolvam direitos das partes", destacou o corregedor Cleones Cunha.

Com a adoção da tramitação direta do inquérito entre

Ministério Público e polícia, o inquérito passa pelo Judiciário, inicialmente, apenas para definir o juiz competente, e, imediatamente, é remetido para o MP. Armas e outros objetos apreendidos nos inquéritos são cadastrados e encaminhados à secretaria judicial competente para a guarda.

"Podemos dizer que teremos uma descentralização dos inquéritos, o que vai dar celeridade na tramitação e conclusão. Com essa regulamentação teremos uma movimentação automática e tudo ficará mais ágil", comentou a juíza Kátia Coelho de Sousa Dias, titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

Para o juiz da 1ª Vara Criminal de São Luís, Francisco Ronaldo Maciel, o provimento da CGJ-MA se antecipa à reforma do Código de Processo Penal, que tramita no Congresso Nacional, a dá agilidade aos inquéritos policiais. "O inquérito não é necessário para o Judiciário como é para o Ministério Público. O MP precisa do inquérito

para subsidiar a denúncia, e é esta que interessa ao Judiciário. Durante a fase de inquérito, agora, atuaremos apenas quando for interferir no direito de alguém. Atualmente, os inquéritos levam mais tempo porque tudo é via Justiça, indo para o MP, voltando, indo para a polícia, voltando. Um ping-pong".

Participaram da discussão, também, a juíza auxiliar da CGJ-MA, Isabella Lago, o juiz Sebastião Bonfim, diretor do fórum e titular da 6ª Vara Criminal, os juízes Raimundo Ferreira Neto (2ª Vara Criminal), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal), Ana Célia Santana (5ª Vara Criminal), Fernando Luiz Mendes Cruz (7ª Vara Criminal), Ariane Mendes Castro Pinheiro (1ª Vara do Tribunal do Júri), José Ribamar Heluy Júnior (4ª Vara do Tribunal do Júri), Itaércio Paulina da Silva (1ª Vara de Entorpecentes) e Adelvam Nascimento Pereira (2ª Vara de Entorpecentes).

Apoio à memória fotográfica de São Luís

Merece aplausos o apoio institucional dado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão à publicação dos dois volumes de "São Luís: Memória & Tempo", obra do historiador Antonio Guimarães de Oliveira que resgata em cartões postais,

ilustrações e fotogramas porção generosa da arquitetura da "Cidade dos Azulejos" nos séculos 19 e 20. O TJMA fez chegar os dois volumes da publicação a personalidades, magistrados, intelectuais e órgãos de cultura do Estado e do país.

Rápidas

Começou ontem a correição ordinária na Vara da comarca de Estreito. A análise dos processos acontecerá até dia 28 deste mês

OS TRIBUNAIS de todo o país não conseguem preencher os quadros de juízes, apesar das mais de 4,3 mil vagas abertas e inúmeros concursos públicos realizados. Dois fatores são apontados pelos tribunais para o não preenchimento das vagas: preparação ruim dos candidatos e a exigência bastante elevada nos processos de seleção.

Monitoramento

O Comitê da Rede Nacional de Cooperação Judiciária do Maranhão vai requerer ao secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, a implantação de câmeras de monitoramento e vigilância nos prédios das Justiças Estadual (Centro), Federal (Calhau) e do Trabalho (Areinha), e áreas próximas. A proposta é ampliar a rede de segurança do Estado a magistrados, servidores e usuários da Justiça.

Justiça quer maior agilidade na tramitação de inquérito policial

Mudanças foram discutidas ontem entre o desembargador Cleones Cunha e juizes das Varas Criminais, Entorpecentes e do Tribunal do Júri em reunião no Fórum Des. Sarney Costa

Minuta de provimento que regulamentará a tramitação de inquéritos policiais foi analisada em conjunto pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, e juizes das Varas Criminais, do Tribunal do Júri e Entorpecentes de São Luís. O ato do corregedor deverá ser expedido em breve. A reunião ocorreu na manhã de ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

De acordo com o projeto, os inquéritos policiais tramitarão diretamente entre Polícia Judiciária e Ministério Público (MP), sem que seja necessária uma decisão judicial para isso. O documento leva em consideração o plano de gestão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que sugere o trâmite direto de inquéritos entre polícia e MP; a competência do MP para promover privativamente a ação penal, bem como exercer o controle externo da atividade policial; e a natureza do inquérito policial como procedimento administrativo para colher provas para subsidiar a ação penal.

Agilidade - A adoção do trâmite direto de inquéritos policiais entre o Ministério Público e a polícia tem como objetivo principal desburocratizar o seu andamento e agilizar a sua conclusão. "Assim, acabamos com a necessidade de o juiz ter que determinar ou autorizar qualquer diligência. Ficamos com a responsabilidade de decidir sobre pri-



Desembargador Cleones Cunha explica aos juizes mudanças na regulamentação da tramitação de inquéritos

Mais

Participaram da discussão, também, a juíza auxiliar da CGJ-MA, Isabel-la Lago, o juiz Sebastião Bonfim, diretor do fórum e titular da 6ª Vara Criminal, os juizes Raimundo Ferreira Neto (2ª Vara Criminal), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal), Ana Célia Santana (5ª Vara Criminal), Fernando Luiz Mendes Cruz (7ª Vara Criminal), Ariane Mendes Castro Pinheiro (1ª Vara do Tribunal do Júri), José Ribamar Heluy Júnior (4ª Vara do Tribunal do Júri), Itaércio Paulina da Silva (1ª Vara de Entorpecentes) e Adelvam Nascimento Pereira (2ª Vara de Entorpecentes).

sões, quebras de sigilos e outras medidas que envolvam direitos das partes", destacou o corregedor Cleones Cunha.

Com a adoção da tramitação direta do inquérito entre Ministério Público e polícia, o inquérito passa pelo Judiciário, inicialmente, apenas para definir o juiz competente, e, imediatamente, é remetido para o MP. Armas e outros objetos apreendidos nos inquéritos são cadastrados e encaminhados à secretaria judicial competente para a guarda.

"Podemos dizer que teremos uma descentralização dos inqué-

ritos, o que vai dar celeridade na tramitação e conclusão. Com essa regulamentação, teremos uma movimentação automática e tudo ficará mais ágil", comentou a juíza Kátia Coelho de Sousa Dias, titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

Para o juiz da 1ª Vara Criminal de São Luís, Francisco Ronaldo Maciel, a decisão da CGJ-MA se antecipa à reforma do Código de Processo Penal, que tramita no Congresso Nacional, a dá agilidade aos inquéritos policiais.

CULTURA

TJ apoia obra sobre memória fotográfica da cidade de São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) fez chegar a personalidades, magistrados, intelectuais e órgãos de cultura do Estado e do país os dois volumes de "São Luís: Memória & Tempo", obra do historiador Antonio Guimarães de Oliveira que resgata em cartões postais. **(Página 04)**

TJ apoia obra sobre memória fotográfica da cidade de São Luís

A obra "São Luís: Memória & Tempo", resgata em cartões postais, ilustrações e fotogramas porção generosa da arquitetura da "Cidade dos Azulejos" nos séculos 19 e 20



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) fez chegar a personalidades, magistrados, intelectuais e órgãos de cultura do Estado e do país os dois volumes de "São Luís: Memória & Tempo", obra do historiador Antonio Guimarães de Oliveira que resgata em cartões postais, ilustrações e fotogramas porção generosa da arquitetura da "Cidade dos Azulejos" nos séculos 19 e 20. O judiciário maranhense deu apoio institucional à publicação dos livros.

O presidente do TJMA,

desembargador Antonio Guerreiro Júnior, tomou a frente da iniciativa desde os primeiros contatos com o editor e o autor. "Fiquei extasiado quando a obra me foi apresentada. Tinha diante de mim o registro mais completo de época áurea da cidade onde nasci e que escolhi para berço dos meus filhos. Seria de um egoísmo inenarrável privar a atual geração, e também as futuras, de conhecer tesouros que jamais saberemos senão por fotos", diz emocionado.

"São Luís: Memória &

Tempo" deveria estar pronto no ano passado, e integrar as homenagens do Judiciário ao quarto centenário ludovicense, comemorado em setembro.

A seleção exigente do material fotográfico estendeu a estimativa para 2013, e - coincidência ou não - a outra data importante para o Tribunal de Justiça.

Terceira Corte de Justiça mais antiga do Brasil, o TJMA festejará no dia 4 de novembro os 200 anos de sua instalação em solo maranhense. Apenas os tribunais do Rio de Janeiro e Bahia são mais antigos.

A demora, paradoxalmente, trouxe situações positivas. O Tribunal foi buscar no acervo de "São Luís: Memória & Tempo" várias relíquias que compuseram a exposição fotográfica "A Justiça e a Cidade", lançada pelo Judiciário em agosto de 2012, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em honra da aniversariante.

A segunda permitiu mudança estratégica na

formatação dos livros. O álbum original mostrado ao presidente do TJMA tinha volume único - um fardo impensável até para pesquisadores profissionais e abnegados. No intuito de facilitar o manuseio das cerca de 1.300 páginas, um acordo permitiu a divisão da obra em dois tomos. Mesmo com o arranjo providencial, os volumes finais pesam juntos mais que cinco quilos.

Os mil exemplares encomendados pelo Tribunal de Justiça se esgotaram rapidamente, confirmando a importância histórica do projeto. A título de curiosidade: o TJMA não após logomarca institucional ou o nome do seu presidente nas capas e conteúdo; o custeio da obra reflete um Judiciário de olho no seu tempo e no perpetuar dos valores culturais da São Luís que o viu nascer em 1813.

Antonio Guimarães de Oliveira não teve tarefa fácil na finalização do álbum duplo. Até chegar a ele, colecionou mais de 5.000 fotogramas "pinçados" de arquivos públicos e particulares, a maioria adormecida em coleções dentro e fora do Brasil. O material renascente, e ainda inédito, por certo deve ensejar outros álbuns.

Guerreiro Júnior não esconde o interesse pelo ineditismo, contudo admite apenas uma segunda edição. "A obra é sucesso mundo afora. Penso que cabe ao poder público, agora, zelar por esse patrimônio de todos os maranhenses. O Judiciário fez a sua parte", pontua.

Uma cidade de azulejos

A denominação "Cidade dos Azulejos" atribuída a São Luís veio pelo largo emprego desse material decorativo e de proteção do casario colonial herdado dos colonizadores portugueses - grande parte dele manufatura de escravos arrancados da África. O legado arquitetônico trouxe à capital do Maranhão o reconhecimento de maior acervo colonial da América Latina.

O expectador atento de "São Luís: Memória & Tempo" - de fato, os livros exigem mais o toque do olhar e do perceber - confere ao longo das páginas. Fotógrafos e tipógrafos que referenciaram os álbuns demonstraram mais interesse - ou cuidado - com o registro dos belos e monumentais prédios que, propriamente, com o cotidiano da cidade e de seus habitantes.

Os dois elementos, entretanto, convivem em harmonia e remontam - ainda que em imagens - uma urbe projetada por prefeitos e urbanistas cuidadosos, e de moradias principescas para a espetacular riqueza dos comerciantes e industriais da época. Havia aqui ruas e avenidas planejadas, árvores frondosas, praças com jardins floridos, sabiam?

"São Luís: Memória & Tempo" reabre essa cidade mágica, e nos leva a lamentar perdas irreparáveis provocadas pela sanha de gestores que se atiraram a um "construir" sem freios, e esqueceram - propositadamente ou não - o que deveriam preservar. Foi avassaladora a pressa deles em se livrar de "velharias" e dar passagem ao que julgavam "novo e moderno". Quase sempre venceram o esbanjamento de dinheiros públicos e o mau gosto.

Livros e autor não acendem essa discussão, contudo um questionamento emerge inevitável:

São Luís é joia lapidada pela eternidade. Por quanto tempo conseguiremos mantê-la, só o futuro dirá.

BALANÇO

PC remeteu, só na capital, mais de 8 mil procedimentos à Justiça em 2012

A Polícia Civil do Maranhão fechou 2012 com saldo positivo na conclusão de inquéritos que investigam práticas criminosas. Segundo dados de relatório do Setor de Estatística da Polícia Civil, foram realizados 11.722 procedimentos policiais ano passado nas delegacias distritais, especializadas, plantões e Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). Deste total, a Polícia Judiciária encaminhou 8.154 procedimentos ao Poder Judiciário de inquéritos concluídos e Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCOs). Só inquéritos, segundo levantamentos, foram 4.874. Os números ainda apontam que foram remetidos 3.285 TCOs.

A produtividade das delegacias revela que os distritos policiais lavraram 1.224 autos de prisões em flagrante, seguindo pelas especializadas com 897, além dos quatro plantões (Refesa, Cidade Operária, Cohatrac e Vila Embratel) que contabilizaram 675 autos de prisões e da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) com 201 prisões em flagrantes, que totalizaram 2.997 autos.

BALANÇO - Em comparação ao ano de 2011 é possível verificar um aumento considerável na atuação e no volume de ações da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), com as delegacias distritais, especializadas e Plantões e da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), que desenvolve um trabalho voltado para investi-

gar e elucidar crimes de grande complexidade, como roubo a bancos, crimes tecnológicos, entre outras demandas que exigem um debruçamento maior na investigação. Naquele ano foram registrados 5.976 ocorrências.

A delegada Geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende analisa os números como sendo expressivos e ressalta que finalizar mais de 8 mil investigações representa um comprometimento e responsabilidade dos delegados, investigadores, escrivães e todo corpo da Polícia Civil com os inquéritos. "Temos os números bastante significativos que mostram que os delegados estão empenhados e dando total atenção no combate ao crime na Região Metropolitana. Instauramos 5.348 inquéritos", disse.

"Como destaque, não podemos deixar de mencionar o trabalho da Delegacia de Homicídios, responsável pelos casos de grande repercussão e de autoria não definida. Só este distrito finalizou 354 inquéritos. Os que estão em fase de conclusão encontram-se todos bem avançados", afirmou a delegada geral garantindo que "nossa expectativa é que estes números em 2013 possam ser ainda maiores e o combate ao crime tenha resultados ainda mais eficazes", completou.

RELATÓRIO - Além da delegacia de Homicídios, a Delegacia Especial da Mulher (DEM) remitiu um número alto de inquéritos, foram 311. Na lista dos que mais tiveram inquéritos enviados à Justiça, aparecem os distritos do Maiobão com 214, São José

de Ribamar (212); o 2º DP (207); 1º DP (176); 10º DP (167). Outros distritos como 05º DP, Delegacia do Meio Ambiente, Decop, 07º DP e 18º DP somam juntas 748.

O relatório estatístico de produção de cada delegacia é contabilizado mensalmente. A partir desses números, a Delegacia Geral em conjunto as com Superintendências de Polícia Civil da Capital, do Interior (SPCI) e a Seic traçam estratégias de ações e destinam tanto recursos materiais como humanos para cada unidade policial.

PRISÕES - Fruto do trabalho de investigação da Polícia Civil, inúmeros mandados de prisões foi solicitado junto ao Poder Judiciário. Ao total, ano passado, as equipes de investigadores e delegados deram cumprimento a 485 mandados. A Polícia Interestadual (Polinter) recapturou 133 foragidos da Justiça. Já as equipes da Seic cumpriram 81 mandados.

Além dos mandados, os trabalhos de investigações da Seic prenderam 20 grupos interestaduais e 65 quadrilheiros envolvidos com assaltos a bancos e explosão de caixas eletrônicos, bem como um arsenal de armas e explosivos. Alguns criminosos, que, inclusive, foram presos mais de uma vez, somente ao longo de 2012.

O distrito policial de São José de Ribamar efetuou a prisão de 31 pessoas com ordens judiciais; o 5º DP, 30; a do Maiobão realizou 25 e os distritos 3º e 18º DP cumpriram cada um, 19 mandados de prisão.

"Temos ainda vários manda-

dos para serem cumpridos. Outros ainda serão pedidos, por conta de que alguns inquéritos policiais após serem remetidos à Justiça retornam a Polícia Judiciária para serem realizadas novas diligências, justamente por conta do alto grau de complexidade", explicou o delegado Sebastião Uchoa, superintendente de Polícia Civil da Capital.

MEDIDAS - Em relação às medidas adotadas pela Polícia Civil, a delegada geral de Polícia Civil lembrou que diversas ações vêm sendo tomadas a fim de melhorar o desempenho das atividades tanto do corpo administrativo como do trabalho externo dos investigadores e delegados que compõem a Polícia Judiciária no Maranhão.

As ações vão desde reformas das unidades, troca de mobiliário, aquisição de novas viaturas, compra de armamentos e equipamentos. Como destaque, Cristina Meneses cita a criação de um complexo de delegacias que abriga as delegacias especializadas de Homicídios, Polinter e Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT), atualmente funcionando na Rua dos Veados, no Centro de São Luís. Além deste, cursos de capacitação são oferecidos periodicamente a funcionários, entre outras medidas.

INFORMATIZAÇÃO - Para garantir um atendimento mais rápido durante o registro de Boletim de Ocorrência, a Delegacia Geral está modernizando os setores de informática das delegacias da Região Metropolitana de São Luís.

TJ-MA lança sexta edição de Revista de Jurisprudência

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) lança o sexto volume da sua Revista de Jurisprudência. A publicação reúne, em 290 páginas, discursos, doutrinas, ementário temático e jurisprudências cíveis e criminais da Justiça estadual.

Nesta edição, o desembargador e presidente Antônio Guerreiro Júnior assina a apresentação, onde destaca o valor de ementário sobre direitos da

criança e do adolescente. “O objetivo é evidenciar a posição desta Corte quanto aos problemas que atingem os menores na sociedade contemporânea”, enfatiza.

A obra traz decisões comentadas, artigos sobre Direito de Família, acórdãos publicados pelas Câmaras Cível e Criminal, e os discursos de posse dos desembargadores Kleber Costa Carvalho e Vicente de Paula Gomes de Castro.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 03/2013
Processo n.º 43.437/2012**

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, Tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** para Contratação de empresa de engenharia especializada para realizar a construção do remanescente da obra do novo fórum da comarca de Porto Franco-MA, no dia **26/03/2013**, às **09:00** horas (horário local), na **Sala da Comissão Permanente de Licitação**, na Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha (Anexo V TJMA), São Luís/MA.

As empresas interessadas poderão obter informações e consultar o Edital no local ou pelo telefone (98) 3243-2642/3950. Os interessados poderão adquirir o Edital completo através de CD-ROM ou PEN DRIVE, mediante pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) emitido pelo Tribunal de Justiça, disponível na Sala supracitada.

São Luís, 18 de fevereiro de 2013.

RAULIFRAN DA SILVA COSTA
Presidente da CPL - TJ/MA

Cartório da 2ª Zona de Registro Civil muda de endereço

O Cartório da 2ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais está funcionando, a partir desta segunda-feira (18), no seguinte endereço: Rua das Hortas, 371, Centro, próximo à Praça Deodoro.

O telefone de contato continua o mesmo – (98) 3082-6627. Por causa da mudança, o cartório ainda não está conectado à internet, mas já está sendo providenciado junto à Oi/Telemar.

Tramitação de inquéritos policiais é discutida entre corregedor-geral e juízes

Minuta de provimento que regulamentará a tramitação de inquéritos policiais foi analisada em conjunto pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Carvalho Cunha, e juízes das Varas Criminais, do Tribunal do Júri e Entorpecentes de São Luís. O ato do corregedor deverá ser expedido em breve. A reunião ocorreu na manhã desta segunda-feira (18), no Fórum Des. Sarney Costa.

De acordo com o projeto de provimento, os inquéritos policiais tramitarão diretamente entre Polícia Judiciária e Ministério Público, sem que seja necessária uma decisão judicial para isso. O documento leva em consideração o plano de gestão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que sugere o trâmite direto de inquéritos entre polícia e MP; a competência do MP para promover privativamente a ação penal, bem como exercer o controle externo da atividade policial; e a natureza do inquérito policial como procedimento administrativo para colher provas para subsidiar a ação penal.

O corregedor-geral Cleones Cunha deixa claro, entretanto, que “os princípios constitucio-

nais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório ficam plenamente garantidos, pois qualquer medida constritiva de natureza acautelatória, por força de determinação legal, somente pode ser adotada se deferida pelo Poder Judiciário”.

Agilidade – A adoção do trâmite direto de inquéritos policiais entre o Ministério Público e a polícia tem como objetivo principal desburocratizar o seu andamento e agilizar a sua conclusão. “Assim, acabamos com a necessidade do juiz ter que determinar ou autorizar qualquer diligência. Ficamos com a responsabilidade de decidir sobre prisões, quebras de sigilos e outras medidas que envolvam direitos das partes”, destacou o corregedor Cleones Cunha.

Com a adoção da tramitação direta do inquérito entre Ministério Público e polícia, o inquérito passa pelo Judiciário, inicialmente, apenas para definir o juiz competente, e, imediatamente, é remetido para o MP. Armas e outros objetos apreendidos nos inquéritos são cadastrados e encaminhados à secretaria judicial competente para a guarda.